

Resenhas / Book Reviews

O farisaísmo na “Guerra contra o Terror”

REFERENCIA: LOSURDO, D. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo, 2010.

O italiano Domenico Losurdo examina nesse livro, traduzido por Jaime A. Clasen, as ideologias que tentam justificar o domínio político na modernidade e ocultar a barbárie que lhe é inerente. De orientação marxista, Losurdo destrincha os principais componentes do discurso que a potência hegemônica na atualidade se vale para justificar intervenções em diferentes partes do globo. Professor de história da filosofia na Universidade de Urbino, o autor tem vasta e diversificada obra sobre pensadores como Kant, Hegel, Marx, Nietzsche, Gramsci e Heidegger.¹

A presente obra de Losurdo, traduzida para diversos idiomas, localiza-se no campo daqueles autores que, buscando desconstruir o discurso hegemônico e criticar a barbárie perpetrada

nas recentes “*guerras contra o terror*”, escrevem a história recente dos Estados Unidos e Israel a contrapelo. Nesse sentido, complementa a discussão trazida por Noam Chomsky em *Piratas e imperadores: antigos e modernos: o terrorismo internacional no mundo real* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006), ao trabalhar conceitos desconsiderados por este. Outras obras a serem lidas em conjunto para uma melhor compreensão acerca da atual política externa estadunidense são: *O império do medo: guerra, terrorismo e democracia* (2005), de Benjamin Barber, e *Confronto de fundamentalismos* (2002), de Tariq Ali. Enquanto Barber trabalha a constituição de um discurso excepcionalista nos EUA desde seus primórdios, Tariq Ali sublinha as intervenções do

Fábio Bacila Sahd: Mestrando em História na Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do Núcleo de Estudos Processos Identitários, Etnias, Migrações e Crises.

Império ao redor do mundo ao longo do século XX. Assim como Chomsky, em sua argumentação Losurdo se utiliza de uma análise do discurso oficial estadunidense, de coberturas jornalísticas, trabalhos de cientistas sociais, fontes de época e de analogias que traça entre as características atribuídas aos “bárbaros” (“terroristas”) e ações efetuadas pelas grandes potências.

Dividida em sete capítulos e composta a partir de seminários que apresentou sobre os principais verbetes que compõem o léxico da ideologia estadunidense, ao final de sua obra, Domenico Losurdo conclui que, após o final da União Soviética, os Estados Unidos se transformaram em uma potência solitária que busca reforçar sua primazia militar e se tornar o preceptor do gênero humano. Para tal, herdando e unificando as várias ideologias que ao longo da história legitimaram a hegemonia do “Ocidente”, o Império apresenta-se como a encarnação da universalidade e do desígnio divino e acusa seus inimigos de “crimes contra a humanidade”. Em suas ações, desrespeita fronteiras e soberanias estatais, cria tribunais *ad hoc* para julgar seus inimigos derrotados e dialoga com a ONU somente quando lhe convém. Em suma, coloca-se como suprema autoridade moral e religiosa e ergue-se como juiz universal, que dita regras e sanciona normas e acusações,

valendo-se para tal de um léxico fundado em categorias que estereotipam e deslegitimam seus inimigos. Por conseguinte, fazendo uso de um discurso maniqueísta, os Estados Unidos tornam a “guerra contra o terrorismo” uma espécie de sessão do Santo Ofício: enquanto colocam no banco dos réus os hereges (inimigos), não perdem de vista os descrentes e agnósticos (aliados indisciplinados ou mesmo apenas hesitantes).

Para analisar o discurso que legitima as pretensões estadunidenses e israelenses, dissimuladas com valores universalistas e humanitários, Losurdo parte de uma reflexão minuciosa sobre conceitos específicos de seu léxico, desconstruindo toda a legitimidade da ideologia a qual dão corpo e revelando os interesses nacionais concretos que há por trás de seu emprego renitente - sobretudo a manutenção de uma hegemonia ameaçada diante da crescente perda de espaço no cenário internacional. Sem critérios bem definidos para regular seu emprego, tais “conceitos” são selecionados e constantemente repetidos por autoridades estadunidenses, israelenses e pela “grande mídia” ocidental a fim de desacreditar a resistência à ocupação que promovem e o movimento de oposição à guerra, criando um clima de mobilização total contra a barbárie que pretensamente ameaça a civilização. Nesse sentido, o

autor revela a improbabilidade na utilização das categorias que fundamentam a “*guerra contra o terror*”, apresentadas como armas de guerra para legitimar ações condenáveis por si só.

Por ser o cerne do discurso oficial estadunidense e israelense, Losurdo começa sua obra discutindo o conceito de “terrorismo”, atribuído exclusivamente ao mundo árabe e islâmico e considerado como produto mais ou menos necessário desses. O autor sublinha a deliberada falta de esforço para defini-lo com precisão – apontando que quanto mais vaga for a acusação de terrorismo mais facilmente sua validade se impõe de um modo unilateral – e busca desconstruí-lo a partir de uma relativização das principais características que a ele estão associadas. Para tal, problematiza a definição que se dá aos atentados contra indivíduos; discute o “terrorismo de massa”, destacando como principal exemplo do mesmo o aniquilamento nuclear em Hiroshima e Nagasaki; trabalha os embargos econômicos, punições coletivas e o terrorismo de Israel e dos Estados Unidos contra civis; questiona a errônea percepção do terrorismo como estratégia de guerra exclusiva de grupos sem outros recursos; e mostra como judeus e outros povos também já recorreram ao martírio e ao terrorismo como meios contra a injustiça. De forma semelhante a Chomsky e Robert

Fisk (*Pobre Nação: as guerras do Líbano no século XX*, 2007), Losurdo conclui pela inviabilidade de se empregar a categoria de terrorismo para definir ações políticas, dado que serve para criminalizar e deslegitimar as formas de resistência à ocupação militar dos Estados Unidos e Israel.

Igualmente central na ideologia de guerra estadunidense e israelense é o emprego da categoria de “fundamentalismo” a fim de definir pejorativamente o islã que, segundo o discurso oficial, apresentaria uma tendência a alimentá-lo em sua versão mais agressiva e sanguinária. Losurdo trabalha sua gênese e como, de uma autodesignação positiva e orgulhosa, passou a ser utilizado para definir exclusivamente o islã. Baseado nos conceitos de “zeletismo” e “herodianismo”² de Arnold J. Toynbee, relativiza o pretensão monopólio islâmico do fundamentalismo, expandindo sua abrangência ao redefinir-lo como algo passível de se originar tanto no âmbito religioso quanto laico e como uma forma de reação possível em qualquer cultura onde haja encontros e desencontros. Nesse sentido, o fundamentalismo se constitui a partir de referências que faz a valores que legitimam o abandono de normas jurídicas sancionadas (como os direitos humanos), cria identidades imóveis, estereotipadas e naturalizadas, e não necessariamente está vinculado à mo-

dermidade. Para exemplificar, o autor discute, entre outros, o fundamentalismo dos judeus diante da expansão do helenismo e aquele oriundo do sionismo e da sociedade estadunidense. Afora a discussão sobre o fundamentalismo ianque-judaico, o autor também salienta a ambiguidade da relação dos Estados Unidos com o fundamentalismo islâmico, ora incentivando-o (Bin Laden contra União Soviética), ora combatendo-o (o mesmo Bin Laden), ora ignorando-o (Arábia Saudita), de acordo com os seus interesses.

Outras categorias que compõem o léxico ideológico do Império e são empregadas para definir os inimigos ou mesmo aliados que eventualmente vacilam em apoiar os Estados Unidos e Israel são a de “*antiamericanismo*”, “*antissemitismo*” e “*antissionismo*”. Quanto à primeira, sustentada por um mito de que há uma convergência de correntes de esquerda e direita adversas aos Estados Unidos, é usualmente aplicada para debelar as críticas feitas por governos estrangeiros à política externa estadunidense. Quanto ao “*antissemitismo*”, Losurdo denuncia o falso mito de que esse se constituiu em uma tradição que data antes mesmo do nascimento de Cristo e a visão estereotipada de que a Europa era o centro irradiador desse fenômeno, contra o qual os Estados Unidos sempre se opuseram, decorrendo desse último elemento a

tentativa farisaica de apresentar o antissemitismo e o “*antiamericanismo*” como oriundos de uma mesma base. Para fundamentar sua crítica, afora a discussão que traz sobre a tradição antissemita nos Estados Unidos – que, inclusive, influenciou o nazismo –, decompõe a relação negativa de diferentes povos com os judeus em pelo menos três categorias distintas e contrapostas: “*judeufobia*”, característica da cristandade e assentada em elementos religiosos; “*antijudaísmo*”, crítica das bases da religião, como, por exemplo, a noção de povo eleito; e “*antissemitismo*”, baseado na noção de raça judaica e vinculado ao racismo colonial. Quanto a este, Losurdo apresenta o seu emprego atual como uma manipulação histórica e uma acusação onipresente voltada à definição de pessoas e círculos contrários às políticas dos Estados Unidos e Israel.

No que concerne ao “*antissionismo*”, tema do quinto capítulo, Losurdo trabalha as principais características ideológicas do sionismo, localizando em sua origem uma oposição aos judeus “*assimilacionistas*” e uma comunhão com os pensadores ou movimentos antissemitas. Sublinha, entre outras coisas, a ajuda que o Terceiro Reich prestou aos sionistas na criação de Israel e as semelhanças ideológicas entre o pensamento racial sionista e o nazista. Partindo do seu lema cen-

tral, “*uma terra sem povo, para um povo sem terra*”, e com base nos textos de seus principais ideólogos e nos escritos críticos de Hannah Arendt e Victor Klemperer, Losurdo classifica o sionismo entre as ideologias colonialistas que acreditam defender a civilização contra a barbárie e desumanizam os povos nativos, defendendo sua expropriação, deportação ou dizimação. Nesse sentido, refuta a assimilação do “*antissionismo*” ao “*antisemitismo*”, apresentando a luta dos árabes como anticolonial e não religiosa ou racial. Ainda no quinto capítulo, o autor faz uma crítica contundente ao extremismo judaico e à política interna de Israel, mostrando sua semelhança com o regime do *apartheid* e justificando a negação do reconhecimento do Estado judeu pelos palestinos.

Finalmente, Losurdo discorre sobre as categorias de “*filo-islamismo*” e “*ódio contra o ocidente*”. Quanto à primeira, salienta como após as atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial, o antisemitismo se torna vergonhoso e em seu lugar, mas não de forma assumida, vai se disseminando uma “*islamofobia*”, a partir da qual os muçulmanos assumem o lugar dos judeus como o outro, o impuro, avesso à modernidade e à liberdade, aquele que contagia, ameaça, corrompe e busca islamizar. Por conseguinte, qualquer demonstração de consideração pelo outro como

igual a si é tachada de filo-islamismo. Nessa lógica, em contraposição ao “islâmico oriental” está a mitologia fundamentalista do ocidental, categoria que, em meio as suas nuances através da história, agora inclui os judeus, antes considerados os bárbaros por excelência. Quanto ao “*ódio ao Ocidente*”, antes característica atribuída aos judeus, agora está reservada exclusivamente aos islâmicos que, por seu pretensão fundamentalismo intrínseco e incapacidade de um pensamento racional, sentem e expressam um ódio inveterado a tudo que é ocidental. Assim, de forma semelhante ao que aconteceu com os judeus em tempos progressos, como herança do racismo colonial, os islâmicos passam a ser considerados uma raça a ser extirpada.

Em um contexto no qual a “*guerra ao terror*” e o impasse entre israelenses e palestinos continuam ocupando um papel central, a obra de Losurdo traz uma significativa contribuição ao ampliar a percepção desses eventos e desconstruir o discurso dos EUA e de seus aliados. Ao destrinchar mitos (no sentido proposto por Roland Barthes) que se tornaram parte do senso comum, povoando o imaginário, o autor revela a construção do discurso que israelenses e estadunidenses mantêm para debelar denúncias e legitimar suas políticas expansionistas. Uma eventual crítica ao trabalho de Losurdo refere-se à defini-

ção que propõe do conceito de “fundamentalismo”. Intentando desmistificar o pretense monopólio islâmico do fenômeno, o autor defende a necessidade de considerá-lo no plural. Para tal, caracteriza como fundamentalistas os movimentos ou as ideologias que impõem um limite rígido entre o “sagrado” (certo) e o “profano” (errado) e sustentam no âmbito do primeiro valores e normas indiscutíveis e irrenunciáveis, tornando o conceito válido para descrever movimentos e comportamentos políticos variados, inclusive desvinculados de qualquer religião. Em contraponto a essa ampliação conceitual, deve-se considerar o posicionamento de Ivo Pedro Oro, para quem, à medida que se generaliza e se dilata o leque de abrangência do fundamentalismo para situações muito diversas, seu conteúdo torna-se difuso ou mesmo vazio. Ou seja, ao transplantar o conceito de seu contexto cultural original seu sentido se perde, tornando-se vazio.³

² “Zelotismo” (ou “mahdismo”) e “herodianismo” são conceitos usados por Toynbee para definir os posicionamentos dos judeus na antiguidade face aos contatos culturais com o helenismo e os romanos. Enquanto o primeiro designa a guarda zelosa e militante da própria identidade (sendo equivalente ao fundamentalismo), o herodianismo se refere à integração e assimilação.

³ ORO, Ivo P. O outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo. São Paulo: Paulus, 1996. p. 27.

NOTAS

¹ Dentre suas obras traduzidas para o português constam: Hegel, Marx e a Tradição Liberal: Liberdade, Igualdade, Estado (1998), Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de Hoje (2004), Democracia ou Bonapartismo (2004), Contra-história do liberalismo (2006), Liberalismo: entre civilização e barbárie (2006) e Nietzsche, o rebelde aristocrata (2009).